**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**1. CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO, CULTURAL, EDUCACIONAL, FÍSICO E AMBIENTAL.**

Dentro da concepção democrática participativa é acentuada a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. A forma coletiva de gestão onde as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente, auxilia uma sistemática de uma operacionalidade das decisões, onde cada membro da equipe assuma a sua parte no trabalho.

* 1. **IDENTIFICAÇÃO**

**NOME DA INSTITUÇÃO**:“ESCOLA MUNICIPAL CEI PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL”.

**ENDEREÇO**:Rua Chanceler Oswaldo Aranha, n° 965, no bairro Hauer, no município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81630-160.

**TELEFONE:** (41)3276-2975

**E-MAIL**: [emtmatsumoto@sme.curitiba.pr.gov.br](mailto:emtmatsumoto@sme.curitiba.pr.gov.br)

**EQUIPE GESTORA**

**Diretora**: Alice Korelo

**Vice-diretora**: Jessica Zacarkin Lopes de Camargos

**Pedagoga**s:**Manhã**Adriana Serratto / Riciely Scheidt KuhnenScharnoveber

**Tarde**: JocileneMoreschi de Lima / Juliana Peres Lopes Souza Borges

**Articulador Pedagógicoda Educação Integral:**IldamaraIgnachewski

A equipe pedagógica administrativa da escola é formada por 01 (uma) Diretora, 01 (uma) Vice-Diretora, 01 articuladora e 04 pedagogas (duas por turno) e no corpo docente, totalizando 60 professores. 01 Agente Administrativo (uma secretária), 03 Apoios Administrativos, 06 Apoios Escolares (inspetoras), 04 Atendentes Escolares e 01 estágiario de Atendente Escolar para o horário do almoço (empresa terceirizada Risotolândia) e 06 Auxiliares de Serviços Gerais (empresa terceirizada Auxiliar).

A Organização Curricular é composta por 8 componentes curriculares e 5 práticas educativas. A Escola possui no turno da manhã, sete turmas com sete professores regentes e noperíodo da tarde possui seis turmas com seis professores regentes no ensino regular, envolvidos com os componentes curriculares de Português, Matemática, História, Geografia, mais quatro professores regentes de atividades complementares, Educação Religiosa, Educação Física, Arte, Ciências e professores corregentes nas turmas, 01 laudo médico definitivo que atua no Setor Pedagógico à tarde.

O contraturno conta com 10 professores regentes, distribuídos nas Práticas do Movimento e de Iniciação Desportiva, Práticas Artísticas, Práticas de Educação Ambiental, Práticas de Ciência e Tecnologias e Práticas de Acompanhamento Pedagógico.

Essas Práticas Educativas possuem ambientes de aprendizagem diversificados que chamamos de Salas Ambientes e cada uma delas com suas especificidades.

* Práticas do Movimento e de Iniciação Esportiva: essa prática se difere das aulas de Educação Física da grade curricular, podendo ser trabalhado ao longo do ano aGinástica, Prática Circense, Dança, Jogos, Esporte e Lutas.
* Práticas Artísticas: a prática visa ampliar e aprofundar os conhecimentos e habilidades em arte, facilitando a exploração e manipulação de materiais estimulando a criatividade e novas formas de relação com a arte, utilizando os eixos Artes Visuais, Música, Dança e Teatro.
* Práticas de Educação Ambiental: o trabalho com esta prática deve utilizar o espaço físico interno e externo, buscando maior interação entre ele. Com o objetivo de desenvolver a observação do estudante, para investigar os fenômenos naturais que afetam a nossa vida, utilizando temas emergentes do interesse dos estudantes.
* Práticas de Ciência e Tecnologias: é uma prática decorrente da necessidade de ampliação da relação entre ciência, tecnologia e sociedade, através da experimentação, exploração, investigação e problematização, utilizando como instrumentos mediadores os recursos tecnológicos.
* Acompanhamento Pedagógico: as atividades propostas devem ter caráter lúdico podendo seguir algumas atividades propostas como: tarefas escolares, hábitos de estudos, pesquisa orientada, literatura, leitura, raciocínio lógico-matemático.

Nesse contexto de Escola de Tempo Integral, são realizados procedimentos e movimentos para integração dos turnos escolares na qual nomeamos de: Reuniões de Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), conforme regulamentação de Instrução Normativa Anual do CTEFE, Assessoramentos nas unidades escolares, Permanências concentradas, Encontros de Semana de Estudos Pedagógicos (SEPs), Conselhos de Classe, Quadros compartilhados de planejamento, ações e diversas estratégias de comunicação entre turnos.

Sendo assim, a carga horária anual do período integral corresponde à: 800h – componentes curriculares, 800h – práticas educativas, 200h período do almoço e 200 dias letivos. De acordo com o documento do currículo, a função do tempo ampliado na escola é uma oferta, uma estratégia que visa à qualificação das atividades pedagógicas; deve ocorrer na rotina de nove horas.

Em relação à avaliação nas práticas educativas na Educação de Tempo Integral, não existe um modelo de instrumento único e sim práticas avaliativas presentes no cotidiano escolar por meio de instrumentos formais e informais, como forma de registro o mais adequado é o uso do Portfólio.

Nossa unidade oferta dentro das práticas educativas, oportunidades dos professores desenvolverem projetos educacionais que são acompanhados pelo CEDIN, compondo o planejamento das mesmas na perspectiva da diversificação das atividades e atendendo a turma como um todo.

O horário do almoço é um momento muito importante em nossas vidas, assim a escola oportuniza nesse momento uma organização diferenciada buscando deixar o ambiente onde nossos alunos estarão almoçando o mais acolhedor possível. O espaço tem frases e figuras de incentivo a alimentação saudável, os professores e profissionais da empresa terceirizada acompanham esse horário. Os alunos de primeiro ano são priorizados no atendimento, pois requerem uma atenção especial devido à idade dos mesmos, após alunos das práticas educativas do tempo ampliado almoçam e na sequencia os demais alunos do tempo parcial. Todos os estudantes fazem a higiene após o almoço. Cada criança faz sua escovação com auxílio dos inspetores.

A escola é organizada também com momentos de lazer e descontração para os estudantes, com isso contamos com os monitores mirins que supervisionados pelos apoios escolares auxiliam durante esse período do almoço com os cantinhos: da leitura, do brinquedo e dos jogos.

Todos esses processos do cotidiano da escola do Tempo Parcial e do Tempo Ampliado são acompanhados pela equipe gestora administrativa para que ocorra a integração das ações ao longo do dia letivo.

**1.2CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:**

A ESCOLA MUNICIPAL CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL “PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO –EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL” atende crianças de 5 a 10 anos nos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental.

Não contamos com difícil provimento, uma vez que a escola esta localizada em área bem atendida pelo transporte público com o acesso facilitado por três linhas de ônibus (Hauer/Boqueirão; Interbairros II; Itamarati).

1.2.1Histórico

AESCOLA MUNICIPAL CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL “PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO –EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL” iniciou suas atividades pedagógicas em 27 de maio de 1974 com o nome de Escola Fundamental Municipal Tapajós, conforme Decreto de Criação nº. 439/74.

Em 11 de junho do mesmo ano, pelo Decreto nº. 561/74 foi reconhecida oficialmente fazendo parte do Núcleo Comunitário Tapajós, composto também pela Unidade de Saúde e Unidade de Serviço Social. Pelo Decreto Municipal 624/76 de 27/09/1976: a unidade escolar passou a denominar-se Escola de 1º Grau Tapajós. A primeira Associação de Pais e Mestres foi constituída em 21 de maio de 1977.

O Centro de Atendimento ao Pré-Escolar foi integrado à escola através da Unidade Social, em 29 de março de 1978 e extinto em 1980.

Decreto Municipal nº. 1094/79, de 18/08/1979: alteração do nome da unidade escolar, para**Escola Tapajós – Ensino de 1º Grau.**

Resolução nº. 3026/82:**Escola Tapajós – Ensino de 1º Grau**.

Resolução nº. 3026, de 23/11/1982 fixou o prazo para o funcionamento da escola e a Resolução nº. 1819/94, de 30/03/1994 retificou a Resolução nº. 711/94 para deferir novo prazo de funcionamento: de dois anos para cinco anos.

Deliberação nº. 005/91, de 08/02/1991: aprovou o Programa de Educação de Jovens e Adultos.

Decreto nº. 09/92de 28 de setembro de 1992. A escola passou a ser denominada**Centro de Educação Integral ProfessoraTereza Matsumoto**.

Decreto nº. 761/92, de 27/10/1992 alterada a denominação para **Centro de Educação Integral Professora Tereza Matsumoto – Escola Municipal – Ensino de 1º Grau.**

Em janeiro de 1999 o Decreto nº de 0709/99 modificou a denominação das unidadesescolares da Rede Municipal de Ensino paraEscolas Municipais de EnsinoFundamentalpassando a denominar **“ ESCOLA MUNICIPAL CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PROFESSORA TEREZA MATSUMOTO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL”.**

1.2.2Caracterização da Comunidade Escolar

A escola situa-se no bairro Xaxim,divisa com Hauer e Boqueirão, predominantemente residencial, com condomínios residenciais, comércio diversificado: supermercados, farmácias,lojas, comercio de carros,panificadoras, frutarias entre outros estabelecimentos comerciais, Unidade de Saúde, Bancos, Escolas Municipais e Estaduais, CMEIS, Praças de Lazer, Academias de Ginastica, salões de beleza, etc...

1.2.3 Condições Sócio-culturais

A clientela que a escola atende é constituída por alunos que moram na comunidade etambém por um número significativo de alunos que moram em outros bairros. Como levantamento de dados foi utilizado como instrumento um questionário enviado para as famílias em 2014 com objetivo de nortear todo o trabalho de Gestão Educacional da Instituição Escolar.

A pesquisa referendou que 18% dos estudantes têm como responsável o pai, 79% a responsável é a mãe e 3% os responsáveis são outros parentes.

A escolaridade dos pais ou responsáveis: não alfabetizados (1%), possuem o Ensino Fundamental (20%), Ensino Médio (61%), Ensino Superior (18%).

Com relação às profissões dos responsáveis, constatou-se que (4%), trabalham na área da educação, (7%), são autônomos, (2%) psicólogos, (2%) cabelereiro, (1%) telefonista, (26%) auxiliar administrativo, (11%) trabalham na área de vendas, (4%) são técnicos em enfermagem, (2%)mecânicos, (2%) técnicos em informática, (2%), serviços gerais (35%), sendo consideradas as seguintes profissões: manicure, diarista, motorista, taxistas, podólogo, bancário e não informaram(5%).

A renda familiar: (39%)recebem no valor deR$1000,00 a R$2000,00reais,(25%) de R$2000,00 a R$3000,00 reais,(15%) recebem acima de R$3000,00 reais,(13%) de R$500,00 a R$ 1000,00 reais e recebem o salário mínimo (8%).

53% das famílias possuem plano de saúde e 47% das famílias não possuem plano de saúde utilizando desta formaas Unidades de Saúde.

10% das famílias recebem benefício do Governo Federal como: pensão (21%), bolsa família (76%) e aposentadoria (3%).

Muitos pais trabalham em locais próximos à escola e optaram por deixar seus filhos nesta instituição por ser em tempo integral (94%),por ser pública (23%),por morar perto (27%),por indicação (13%), por ser uma boa escola (79%).

O nível socioeconômico é considerado de classe-média. Muitos de nossos alunos (mais de 60%) chegam à Escola de Condução Escolar.

O acesso á escola é: a pé (15%), transporte escolar (65%), transporte coletivo (2%), bicicleta e carona (1%), transporte particular (17%).

As famílias são constituídas, em média, por quatro pessoas (35%).

Residem em casa própria (54%), moram em casa alugada (35%), doada e empresta somam (8%), moram na casa de outras pessoas (3%). Na maioria delas, há rede de esgoto, energia elétrica e saneamento básico. A maioria das ruas é asfaltada e há a coleta regular do lixo.

De acordo com a pesquisa realizada, constatou-se que (97%) possui aparelho de televisão, (95%)rádio, (91%) celular, (81%) telefone e internet.

O lazer desenvolvido pela comunidade (81%) realizam passeios, (61%) frequentam cinema, (57%) viajam, (7%) assistem peças teatrais, (21%) pratica outro tipo de lazer, corrida, caminhadas, esportes variados.

Os estudantes segundo a pesquisa que realizam atendimentos terapêuticos(5%) Psicologia, (3%) Fonoaudiologia, (2%)Pedagogia Especializada, (2%) Neurologia, (1%) Oftalmologia, Cardiologista, Dermatologista, Otorrinolaringologista.

Uma parcela pequena de estudantes faz uso de medicamento contínuo (4%) e (96%)não toma nenhuma medicação.

Segundo a pesquisa (93%) não possuem familiares com deficiência física e somente (7%) tem na família algum parente com deficiência.

Na pesquisa realizada com as famílias dos estudantes, moram com os pais (53%), com a mãe (21%), com pai e avós (1%), mãe, avós e tios (4%), com avós (3%), mãe e padrasto (5%), mãe e tia (1%), pai (2%), mãe e irmãos (5%), mãe e avós (4%).

Segundo a pesquisa realizada 76% têm irmãos e 24% não possuem.

Dos estudantes que possuem irmãos chegou - se ao seguinte resultado: um irmão (40%), dois irmãos (22%), três irmãos (4%), acima de cinco irmãos totalizou (1%).

A religião predominanteé de 47% católicos, 27% evangélicos, 3% afro-brasileira, 3% espírita, 1% ateísta e seicho-noiê.

A comunidade é participativa com relação aos eventos realizados na escola, (88%) comparecem nas ações educativas realizadas e (12%) não comparecem.

A participação da comunidade no Conselho de Escola é de 18% e 82% tem conhecimento do Conselho de Escola, porém não participam diretamente.

**1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO**

**Escola Municipal CEI Professora Tereza Matsumoto** possui dois prédios com Tempo Parcial (regular) e Tempo Ampliado (contraturno), duas quadras poli esportivas, sendo apenas uma com cobertura, um parquinho com brinquedos de madeira adequados para crianças do Ciclo I, um espaço para horta, um estacionamento para profissionais da escola.

O terreno onde os prédios se encontram é bastante acidentado e irregular, o pátio da escola possui degraus declives, o acesso às dependências do contraturno possui três lances de escadas.

O espaço do Tempo Parcial, do trabalho com os componentes curriculares é composto por uma secretaria, uma sala para a equipe administrativa, uma sala para a equipe pedagógica, sete salas de aula, uma sala de informática, uma sala para professores, uma sala para inspetores, uma biblioteca, dois almoxarifados, um banheiro para funcionários da escola de uso comum, dois banheiros para alunos (meninos e meninas), uma cozinha, área de jardinagem e pátio coberto, onde se encontra o mochilário.

O espaço do Tempo Ampliado é formado por três pavimentos destinados ao trabalho com as práticas educativas, os mesmos são organizados e reorganizados de forma a adequar-se as práticas ali desenvolvidas, propondo a construção coletiva (alunos e professores) de ambientes alfabetizadores e estimuladores à busca do conhecimento. Todos os pisos possuem dois almoxarifados e dois banheiros.

O primeiro piso destina-se a **Práticas do Movimento e Iniciação Esportiva** (Ginástica, Dança, Jogos, Esporte e Lutas), e utilizado como refeitório para café damanhã, almoço e lanche da tarde, uma cozinha utilizada pela empresa responsável pela alimentação dos alunos. O segundo piso, está organizado em três espaços destinado as **Práticas Artísticas** (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro) e duas Salas de Práticas do Acompanhamento PedagógicoI e II. O terceiro piso é composto por duas salas de **Práticas Ambientais I e II**, uma sala de Prática de **Ciência e Tecnologias** e uma sala pequena que poderá se utilizada para **Apoio escolar**.

**1.4 ACESSIBILIDADE**

A escola não oferece acessibilidade para alunos com necessidades especiais uma vez que, as dependências da escola apresentam obstáculos, principalmente para cadeirantes (escadas, declives, degraus) no contraturno e nos pátios externos.

Não contamos com profissionais capacitados para atender deficientes visuais e auditivos. Estudantes hospitalizados contam com profissionais da própria prefeitura municipal de Curitiba cumprindo os requisitos da mesma.

**1.5 CARACTERIZAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO**

A instituição conta com 65 funcionários: 50 profissionais do magistério com formação superior, dois apoios administrativos com curso médio, sete apoios escolares (um com formação superior e seis com curso médio), 15 professores com os dois padrões na escola.

Os profissionais em RIT são organizados a partir da necessidade da escola e a disponibilidade da SME.

Todos os profissionais do magistério possuem formação universitária: Pedagogia, Magistério Superior, Educação Física, Filosofia, Letras, Ciências e Geografia. Há profissionais que apresentam curso de Pós Graduação em Psicopedagogia, Educação Especial, Educação Infantil, Formação de Tutores para EAD e dois profissionais com Mestrado em Educação Física.

1.5.1Plano de Formação Continuada

É muito importante que os professores mantenham-se atualizados, pois mudanças são necessárias como aprimoramento da prática e de seu planejamento escolar.

“As mudanças nas estruturas científicas, sociais e educativas, aliadas às rápidas transformações nos meios de comunicação e ao avanço tecnológico, tornam o processo educativo cada vez mais complexo”. Nesse contexto, também a profissão docente reveste-se de crescente complexidade (IMBERNÓN, 2009), o que torna a formação continuada uma condição sinequa non para o exercício competente do trabalho educativo. Nessa perspectiva, a formação é concebida como um processo que se efetiva ao longo da vida profissional, trazendo o desenvolvimento profissional como conceito subjacente. Para Gatti e Barreto (2009, p. 203), [...] o processo de formação é definido como um movimento orientado a responder aos diversos desafios que se sucedem no que se poderiam identificar como diferentes fases da vida profissional: o início da carreira, o processo de desenvolvimento e os tempos mais avançados em que o professor consolida sua experiência profissionalda vida profissional de cada um e com o processo de formação que já vem sendo desenvolvido. Segundo Nóvoa (1995), a formação continuada objetiva propor novas metodologias e colocar os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias, visando à melhoria da ação pedagógica na escola e, consequentemente, da educação. A formação continuada pode ser organizada em momentos formais e/ou informais. De acordo com Demaily (1992), os momentos formais referem-se a cursos e programas sistematizados de formação que se efetivam fora dos locais de trabalho do profissional; os momentos informais referem-se às situações que ocorrem no cotidiano da escola e da sala de aula. No caso da RME, pode-se considerar como momentos formais a formação realizada por meio da participação em cursos, palestras, seminários, congressos, assessoramentos, Semana de Estudos Pedagógicos (SEP), entre outros. Os momentos informais efetivam-se durante as permanências, reuniões pedagógicas, Conselhos de Classe, trocas de experiência, entre outros. Tanto os momentos formais quanto os informais só atingem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento profissional do professor se forem planejados e concretizados a partir das necessidades pedagógicas de cada profissional e da escola. Nos dois casos, a formação continuada [...] faz-se por meio de estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação. (“LIBÂNEO, 2001, p. 191”) apud” Cadernos Pedagógicos do Pedagogo”.

A formação continuada para os profissionais do ciclo I e IItem como foco a qualificação do profissional do magistério visando aperfeiçoamento da prática pedagógica.

A meta para o ciclo I em Língua Portuguesa é a alfabetização e o letramento do estudante. O objetivo é que o aluno compreenda o sistema de escrita alfabética, domine as relações grafofônicas, e garantir que chegue ao final do ciclo dominando os requisitos básicos de leitura e escrita, conhecendo os símbolos gráficos, desenvolvendo bons hábitos e atitudes autonomia, valores e limites. No componente curricular de Matemática o aluno deverá chegar ao final do ciclo conhecendo o Sistema de Numeração Decimal, suas propriedades e funções, realizando operações e resolvendo situações problemas no dia a dia e nas atividades pedagógicas.

A meta para o ciclo II é que ao final do ciclo o estudante tenha desenvolvido a habilidade de ler, analisar e produzir diferentes gêneros de textos com legibilidade, seqüência lógica, coerência, pontuação e acentuação adequadas, considerando os interlocutores, a finalidade comunicativa, a estrutura textual, bem como o suporte em que é veiculado, atendendo a uma estrutura básica e argumentando sobre os mesmos. Em matemática a meta é que o aluno conclua o ciclo II com a habilidade de compreender o Sistema de Numeração Decimal, realizar as quatro operações utilizando-se dos conceitos adquiridos na solução de situações problemas tanto os propostos nas atividades pedagógicas como em situações do cotidiano.

Todo esse trabalho exige uma política educacional que contemple a formação continuada dos professores, pedagogos e equipe administrativa, da organização de uma estrutura de apoio que favorece o desenvolvimento do trabalho, com: acervo de livros e obras de referência, materiais didáticos, instalações adequadas para a realização de um trabalho de qualidade, horários para a reflexão do trabalho, individual e coletivo, realizado na instituição.

**2**. **ETAPAS E MODALIDADES OFERTADAS**

É ofertado Ensino fundamental de nove anos em Tempo Integral para todos os alunos das 8h às 17h.

A escola oferece à comunidade as etapas iniciais que compreende como ciclo I: 1ºano (5-6 anos), 2ºano (6-7 anos) e3ºano (7-8 anos). Como ciclo II: 4ºano (8-9 anos) e 5ºano (9-10 anos) doEnsino fundamental.

**3. REGIME ESCOLAR**

A escola atendeaproximadamente 415 alunos do ensino fundamentalna faixa etária de cinco á dez anos em tempo integral.O calendário tem 200 dias letivos e um total de 210 dias de atividades e aproximadamente 1600 horas com atividades discente, 210 dias trabalhado e aproximadamente 844 horas de trabalho efetivo para cada profissional contratado para 20 horas semanais.

Os alunos iniciam as aulas às 8horas, intervalam de 20 min no recreio pela manhã, uma hora de intervalo das 12has13h para almoço, intervalam de 20 min recreio no período da tarde. Saída dos alunos às17 horas.

A escola atende ao todo, no Tempo Parcial e no Templo Ampliado oito turmas de ciclo I e cinco turmas de ciclo II

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CICLO I** | **ANO** | **TURMA** | **Nº DE ALUNOS** |
| 1º | A | 30 |
| 1º | B | 30 |
| 1° | C | 30 |
| 2º | A | 30 |
| 2º | B | 30 |
| 2º | C | 30 |
| 3º | A | 30 |
| 3º | B | 30 |
| **CICLO II** | **ANO** | **TURMA** | **Nº DE ALUNOS** |
| 4º | A | 35 |
| 4º | B | 35 |
| 4º | C | 35 |
| 5º | A | 35 |
| 5º | B | 35 |
| Total | 13 turmas | - | 415 |

3.1.DIAS LETIVOS E CARGA HORÁRIA ANUAL

Ensino Fundamental: etapas iniciais ciclo I e II.

De acordo com o calendário da SME, 210 dias letivos com alunos e 1600 horas anuais porém as Escolas de Tempo Integral totalizam 1.800 horas, sendo as 1.600 horas previstas em calendário mais 200 horas do horário do almoço.

3.2.O CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário escolar da unidade obedece às orientações da SME, que vem predeterminado com algumas especificidades da escola. As modificações ou alterações são definidas em reuniões pedagógicas.



* 1. .1 Reuniões Pedagógicas

São agendadas de acordo com as orientações da SME, com pauta de acordo com as necessidades da escola, sendo distribuídas em duas reuniões com foco na Organização Administrativa Pedagógica, quatro para Conselho de classe e/ou Reunião Pedagógica e quatro para Organização do Trabalho Pedagógico (OTP). Nos dias marcados para a OTP, os estudantes terão horário de entrada e saída diferenciados, sendo a primeira às 10 horas e a segunda às 15 horas.

* 1. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular segue a norma da diretriz curricular da SME disponível no [**www.cidadedoconhecimento.org.br**](http://www.cidadedoconhecimento.org.br)

* 1. TURMAS E HORÁRIOS

O quadro a seguir apresenta as turmas dividas pelo período (manhã e tarde), bem como as disciplinas que são ministradas e a função dos profissionais dentro a instituição.

|  |  |
| --- | --- |
| TURMAS- MANHÃ | TURMAS-TARDE |
| 3º ano A | 1ºano A |
| 3º ano B | 1ºano B |
| 4º ano A | 1º ano C |
| 4º ano B | 2º ano A |
| 4º ano C | 2ºano B |
| 5º ano A | 2ºano C |
| 5ºano B |  |
| ED. Física | ED. Física |
| ARTE | ARTE |
| ENSINO RELIGIOSO | ENSINO RELIGIOSO |
| BIBLIOTECA | BIBLIOTECA |
| CIENCIAS I | CIENCIAS I |
| CIENCIAS II | CIENCIAS II |
| CORREGENTE I | CORREGENTE I |
| CORREGENTE II | CORREGENTE II |
| CORREGENTE III |  |

TURMAS E HORÁRIOS (EDUCAÇÃO INTEGRAL, HORÁRIO DE ALMOÇO E TEMPO LIVRE).

**HORÁRIO TEMPO PARCIAL - MANHÃ – 2016**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2ª feira** | **3ª feira** | **4ª feira** | **5ª feira** | **6ª feira** |
| **3ºA**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1  RECREIO  EF  - | EF  ER  RECREIO  ARTE  ARTE | -  -  RECREIO  -  - | CORREGENTE ER  -  RECREIO  -  CORREGENTE ER | CORREGENTE ER  -  RECREIO  - |
| **3ºB**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CORREGENTE ER  CORREGENTE ER  RECREIO  CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1 | ARTE  ARTE  RECREIO  ER  EF | -  -  RECREIO  -  - | CORREGENTE CIEN1  CORREGENTE CIEN1  RECREIO  -  - | CORREGENTE CIEN1  EF  RECREIO  -  - |
| **4ºA**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CORREGENTE 4  CORREGENTE 4  RECREIO  CORREGENTE 4  CORREGENTE 4 | CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1  RECREIO  EF  CORREGENTE 4 | CORREGENTE 4  CORREGENTE 4  RECREIO  CORREGENTE 4  CORREGENTE 4 | ARTE  ARTE  RECREIO  ER  EF | CORREGENTE 4  CORREGENTE 4  RECREIO  CORREGENTE 4  CORREGENTE 4 |
| **4ºB**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CORREGENTE 1  CORREGENTE 1  RECREIO  CORREGENTE 1  CORREGENTE 1 | -  EF  RECREIO  CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1 | -  -  RECREIO  CORREGENTE 1  CORREGENTE 1 | EF  ER  RECREIO  ARTE  ARTE | CORREGENTE 1  CORREGENTE 1  RECREIO  CORREGENTE 1  CORREGENTE 1 |
| **4ºC**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CORREGENTE CIEN 2  CORREGENTE CIEN 2  RECREIO  CORREGENTE CIEN 2  - | CORREGENTE5  CORREGENTE 5  RECREIO  CORREGENTE5  CORREGENTE 5 | CORREGENTE CIEN 2  CORREGENTE CIEN 2  RECREIO  CORREGENTE CIEN 2  CORREGENTE CIEN 2 | CORREGENTE 5  EF  RECREIO  CIENCIAS 2  CIÊNCIAS 2 | ARTE  ARTE  RECREIO  ER  EF |
| **5º A**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CORREGENTE 3  CORREGENTE 3  RECREIO  CORREGENTE 3  CORREGENTE 3 | CORREGENTE 3  CORREGENTE 3  RECREIO  CORREGENTE 3  CORREGENTE 3 | CORREGENTE 3  CORREGENTE 3  RECREIO  CORREGENTE 3  CORREGENTE 3 | CIÊNCIAS 2  CIÊNCIAS 2  RECREIO  EF  CORREGENTE 3 | EF  ER  RECREIO  ARTE  ARTE |
| **5º B**  **Prof.** | **08:00 ÀS 08:55**  **08:55 ÀS 09:50**  **09:50 ÀS 10:10**  **10:10 ÀS 11:05**  **11:05 ÀS 12:00** | CORREGENTE 2  EF  RECREIO  ARTE  ARTE | CORREGENTE 2  CORREGENTE 2  RECREIO  CORREGENTE 2  CORREGENTE 2 | CORREGENTE 2  CORREGENTE 2  RECREIO  CORREGENTE 2  CORREGENTE 2 | CORREGENTE 2  CORREGENTE 2  RECREIO  CORREGENTE 2  CORREGENTE 2 | CIÊNCIAS 2  CIÊNCIAS 2  RECREIO  EF  ER |

**HORÁRIO TEMPO AMPLIADO – MANHÃ – 2016**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| MANHÃ - 2016 |  |  |  |  |  |  |
| OFICINA | HORÁRIO | SEG | TER | QUA | QUI | SEX |
| **PRATICAARTISTICA 1 – FRANCIELLE** | **08:00 AS 08:55** | **1 C** | **P** | **HA** | **1 A** | **2A** |
| **08:55 AS 09:50** | **HA** | **2 C** | **2 B** | **2 C** |
| **10:10 AS 11:05** | **1 B** | **PROJETO** | **2 A** | **1 C** |
| **11:05 AS 12:00** | **2 B** | **1 B** | **1 A** | **HA** |
| **PRATICAARTISTICA 2 ERONILDES** | **08:00 AS 08:55** | **2 A** | **P** | **2 A** | **2 C** | **1 B** |
| **08:55 AS 09:50** | **HA** | **HA** | **HA** | **2 B** |
| **10:10 AS 11:05** | **1 A** | **1 C** | **PROJETO** | **2 C** |
| **11:05 AS 12:00** | **1 A** | **1 C** | **1 B** | **1 A** |
| **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO 1 - PATRÍCIA R.** | **08:00 AS 08:55** | **P** | **1 C** | **1 A** | **1 B** | **1 C** |
| **08:55 AS 09:50** | **1 B** | **1 A** | **1 B** | **1 C** |
| **10:10 AS 11:05** | **HA** | **1 B** | **1 C** | **1 A** |
| **11:05 AS 12:00** | **1 A** | **HA** | **HA** | **PROJETO** |
| **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO2 - EDILMARES** | **08:00 AS 08:55** | **P** | **2 A** | **HA** | **HA** | **2 C** |
| **08:55 CONTRATURNO -MANHÃ**  **AS 09:50** | **2 A** | **2 A** | **PROJETO** | **2 A** |
| **10:10 AS 11:05** | **HA** | **2 C** | **2 B** | **2 B** |
| **11:05 AS 12:00** | **2 C** | **2 C** | **2 B** | **2 B** |
| **EDUCAÇÃO AMBIENTAL 1 PATRICIA DE PAULA** | **08:00 AS 08:55** | **HA** | **HA** | **1 C** | **P** | **1 A** |
| **08:55 AS 09:50** | **1 A** | **1 C** | **1 C** | **1 A** |
| **10:10 AS 11:05** | **PROJETO** | **1 B** | **HA** | **1 B** |
| **11:05 AS 12:00** | **1 C** | **1 B** | **1 A** | **1 B** |
| **EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2 JOSELI** | **08:00 AS 08:55** | **2 C** | **2 C** | **2 B** | **P** | **HA** |
| **08:55 AS 09:50** | **2 C** | **2 C** | **2 B** | **HA** |
| **10:10 AS 11:05** | **2 A** | **2 B** | **2 A** | **HA** |
| **11:05 AS 12:00** | **2 A** | **2 B** | **2 A** | **2 A** |
| **TIC 1 SOLANGE** | **08:00 AS 08:55** | **1 B** | **1 A** | **1 B** | **1 C** | **P** |
| **08:55 AS 09:50** | **1 B** | **1 A** | **1 B** | **1 C** |
| **10:10 AS 11:05** | **1 C** | **1 C** | **1 A** | **1 B** |
| **11:05 AS 12:00** | **HA** | **HA** | **HA** | **PROJETO** |
| **TIC 2 MELANIE** | **08:00 AS 08:55** | **2 B** | **HA** | **2 C** | **2 A** | **P** |
| **08:55 AS 09:50** | **2 B** | **2 B** | **HA** | **2 A** |
| **10:10 AS 11:05** | **2 C** | **2 A** | **2 B** | **2 C** |
| **11:05 AS 12:00** | **HA** | **PROJETO** | **2 B** | **2 C** |
| **PRÁTICA DO MOVIMENTO 1 GIULIANA** | **08:00 AS 08:55** | **HA** | **1 B** | **P** | **HA** | **HA** |
| **08:55 AS 09:50** | **2 A** | **PROJETO** | **1 A** | **1 B** |
| **10:10 AS 11:05** | **2 B** | **1 A** | **1 B** | **2 A** |
| **11:05 AS 12:00** | **2 C** | **1 C** | **1 C** | **1 C** |
| **PRÁTICA DO MOVIMENTO 2 TAYARA** | **08:00 AS 08:55** | **1 A** | **2 B** | **P** | **2 B** | **5 A (REGULAR) (2B Cássio)** |
| **08:55 AS 09:50** | **1 C** | **5 A REGULAR** | **2 C** | **HA** |
| **10:10 AS 11:05** | **5 B (REGULAR)** | **2 C** | **HA** | **5 B (REGULAR)** |
| **11:05 AS 12:00** | **HÁ (1B Cássio)** | **2 A** | **2 A** | **2 C** |
|  |  |  |  |  |  |  |

**HORÁRIO TEMPO PARCIAL - TARDE -2016**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2ª feira** | **3ª feira** | **4ª feira** | **5ª feira** | **6ª feira** |
| **1 A**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | ARTE  ARTE  RECREIO  ER  EF | -  EF  RECREIO  -  - | -  -  RECREIO  CORREGENTE 5  CORREGENTE 5 | CORREGENTE 5  CORREGENTE 5  RECREIO  -  - | CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1  RECREIO  CORREGENTE 5  CORREGENTE 5 |
| **1 B**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | EF  ER  RECREIO  ARTE  ARTE | CORREGENTE 5  CORREGENTE 5  RECREIO  CORREGENTE 5  CORREGENTE 5 | CORREGENTE 5  CORREGENTE 5  RECREIO  -  - | CIÊNCIAS1  CIÊNCIAS 1  RECREIO  CORREGENTE 5  EF | -  -  RECREIO  -  - |
| **2 A**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | -  -  RECREIO  -  - | ARTE  ARTE  RECREIO  ER  EF | CORREGENTE1  CORREGENTE1  RECREIO  CORREGENTE1  CORREGENTE1 | EF  CORREGENTE1  RECREIO  CORREGENTE1  CORREGENTE1 | CORREGENTE1  CORREGENTE1  RECREIO  CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1 |
| **2 B**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | CORREGENTE1  CORREGENTE1  RECREIO  CORREGENTE1  CORREGENTE1 | EF  ER  RECREIO  CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1 | CORREGENTE4  CORREGENTE4  RECREIO  CORREGENTE4  - | -  EF  RECREIO  ARTE  ARTE | -  -  RECREIO  -  - |
| **2 C**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | CORREGENTE ER  -  RECREIO  -  CORREGENTE ER | CIÊNCIAS 1  CIÊNCIAS 1  RECREIO  EF  ER | -  -  RECREIO  -  - | ARTE  ARTE  RECREIO  EF  CORREGENTE ER  CORREGENTE ER | CORREGENTE ER  -  RECREIO  -  - |
| **5 A**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | -  EF  RECREIO  -  - | CORREGENTE 3  CORREGENTE 3  RECREIO  CORREGENTE 3  CORREGENTE 3 | CORREGENTE 3  CORREGENTE 3  RECREIO  CORREGENTE 3  CORREGENTE 3 | CIÊNCIAS 2  CIÊNCIAS 2  RECREIO  -  - | ARTE  ARTE  RECREIO  ER  EF |
| **5 B**  **Prof.** | 13:OO AS 13:55  13:55 AS 14:50  RECERIO  14:50 AS 15:10  15:10 AS 16:05  16:05 AS 17:00 | CORREGENTE 2  CORREGENTE 2  RECREIO  EF  CORREGENTE 2 | CORREGENTE2  CORREGENTE2  RECREIO  CORREGENTE 2  CORREGENTE 2 | CORREGENTE 2  CORREGENTE 2  RECREIO  CORREGENTE 2  CORREGENTE 2 | CORREGENTE 2  CORREGENTE 2  RECREIO  CIÊNCIAS 2  CIÊNCIAS 2 | EF  ER  RECREIO  ARTE  ARTE |

**HORÁRIO TEMPO AMPLIADO – TARDE**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| TARDE 2016 |  |  |  |  |  |  |
| OFICINA | HORÁRIO | SEG | TER | QUA | QUI | SEX |
| **PRATICAARTISTICA 1- PAULO** | **13:00 AS 13:55** | **5 A** | **P** | **HA** | **3 A** | **5 A** |
| **13:55 AS 14:50** | **4 B** | **4 C** | **HA** | **3 B** |
| **15:10 AS 16:05** | **3 A** | **4 A** | **3 B** | **HA** |
| **16:05 AS 17:00** | **3 A** | **4 A** | **3 B** | **5 B** |
| **PRATICAARTISTICA 2 ERONILDES** | **13:00 AS 13:55** | **3 A** | **P** | **4 C** | **4 A** | **4 B** |
| **13:55 AS 14:50** | **5 A** | **4 B** | **5 A** | **5 B** |
| **15:10 AS 16:05** | **4 A** | **HA** | **5 B** | **HA** |
| **16:05 AS 17:00** | **3 B** | **HA** | **4 B** | **4 C** |
| **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO 1 - DAGMAR** | **13:00 AS 13:55** | **P** | **HA** | **3 B** | **HA** | **3 A** |
| **13:55 AS 14:50** | **3 A** | **3 B** | **3 B** | **3 A** |
| **15:10 AS 16:05** | **3 B** | **3 A** | **3 A** | **3 B** |
| **16:05 AS 17:00** | **HA** | **3 A** | **3 A** | **3 B** |
| **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO2 - TANIA** | **13:00 AS 13:55** | **P** | **5 A** | **5 A** | **5 B** | **5 B** |
| **13:55 AS 14:50** | **HA** | **5 A** | **5 B** | **HA** |
| **15:10 AS 16:05** | **5 B** | **5 B** | **5 A** | **5 A** |
| **16:05 AS 17:00** | **5 B** | **5 B** | **5 A** | **HA** |
| **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO 3 - ROSELI** | **13:00 AS 13:55**  **13:55 AS 14:50**  **15:10 AS 16:05**  **16:05 AS 17:00** | **P** | **4 A**  **4 A**  **4 B**  **4 B** | **4 B**  **HA**  **HA**  **HA** | **4 B**  **4 B**  **4 C**  **4 C** | **4 C**  **4 C**  **4 A**  **4 A** |
| **EDUCAÇÃO AMBIENTAL 1-FELIPE** | **13:00 AS 13:55** | **4 A** | **4 C** | **4 A** | **P** | **HA** |
| **13:55 AS 14:50** | **4 A** | **4 C** | **4 A** | **HA** |
| **15:10 AS 16:05** | **4 C** | **HA** | **4 B** | **4 B** |
| **16:05 AS 17:00** | **4 C** | **4 A** | **4 B** | **4 B** |
| **EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2 JOSELI** | **13:00 AS 13:55** | **5 B** | **PROJETO** | **5 B** | **P** | **HA** |
| **13:55 AS 14:50** | **HA** | **3 B** | **5 B** | **5 A** |
| **15:10 AS 16:05** | **HA** | **3 A** | **3 B** | **3 A** |
| **16:05 AS 17:00** | **5 A** | **3 A** | **3 B** | **3 A** |
| **TIC 1 SOLANGE** | **13:00 AS 13:55** | **HA** | **4 B** | **HA** | **4 C** | **P** |
| **13:55 AS 14:50** | **4 C** | **4 B** | **HA** | **4 C** |
| **15:10 AS 16:05** | **4 B** | **4 A** | **4 C** | **4 A** |
| **16:05 AS 17:00** | **4 B** | **PROJETO** | **4 C** | **4 A** |
| **TIC 2 MELANIE** | **13:00 AS 13:55** | **3 B** | **3 B** | **3 A** | **HA** | **P** |
| **13:55 AS 14:50** | **3 B** | **5 B** | **3 A** | **HA** |
| **15:10 AS 16:05** | **5 B** | **5 A** | **5 A** | **HA** |
| **16:05 AS 17:00** | **5 B** | **5 A** | **5 A** | **5 B** |
| **PRÁTICA DO MOVIMENTO 1 GIULIANA** | **13:00 AS 13:55** | **4 C** | **3 A** | **P** | **5 A** | **3 B** |
| **13:55 AS 14:50** | **5 B** | **HA** | **4 A** | **4 A** |
| **15:10 AS 16:05** | **3 B** | **HA** | **4 B** | **5 B** |
| **16:05 AS 17:00** | **4 A** | **4 C** | **HA** | **5 A** |
| **PRÁTICA DO MOVIMENTO 2- EDUARDO** | **13:00**  **AS 13:55** | **4 B** | **5 B** | **P** | **3 B** | **4 A** |
| **13:55 AS 14:50** | **3 A** | **5 A** | **3 A** | **4 B** |
| **15:10 AS 16:05** | **5 A** | **4 C** | **PROJETO** | **4 C** |
| **16:05 AS 17:00** | **HA** | **3 B** | **HA** | **HA** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

**4. FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICO–PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO**

Para o desenvolvimento do pensar crítico sobre as questões desafiadoras do nosso tempo é necessário a formação homem com pensamento autônomo.

A prática pedagógica deve estar voltada à reflexão crítica sobre o mundo e a realidade, considerando as experiências dos alunos e os significados científicos, éticos e subjetivos dos saberes historicamente acumulados. Isso tudo deve acontecer num ambiente enriquecedor, em que as reflexões e discussões sejam realizadas por meio da investigação filosófica (questionar, investigar e ampliar) para que assim ocorra a construção de uma BOA ESCOLA.

4.1. CONCEPÇÕES

A Escola Municipal CEI Professora Tereza Matsumoto conta com diferentes profissionais que exercem diferentes papéis e tarefas. Entretanto a heterogeneidade de ações que organizam o trabalho escolar em suas diversas instâncias deve reger-se pelos mesmos princípios norteadores da SME que é ancorada nos princípios da **DEMOCRACIA, EQUIDADE, TRABALHO COLETIVO, AUTONOMIA e INTERESSE PÚBLICO**, operados por instrumentos de expansão e refinamento de participação social, que se constituem nos fundamentos da Gestão Democrática prevista em lei (CF/88,LDB nº 9394/96).

Além desses princípios a Escola Municipal CEI Professora Tereza Matsumoto a partir das discussões no grupo elencou concepções filosóficas e reflexões que fundamentam a práxis pedagógica.

4.1.1 Sociedade

Vem do Latim **societas**, que significa "**associação amistosa com outros**". (..)O conceito de sociedade pressupõe uma convivência e atividade conjunta do homem, ordenada ou organizada conscientemente, ao considerar as relações sociais como vínculos de interesses conscientes e estabelecidos. Uma sociedade humana é um coletivo de cidadãos de um país, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por entidades que zelam pelo bem-estar desse grupo. Os membros de uma sociedade podem ser de diferentes grupos étnicos. Também podem pertencer a diferentes níveis ou classes sociais. O que caracteriza a sociedade é a partilha de interesses entre os membros e as preocupações mútuas direcionadas a um objetivo comum.

(disponível em <http://www.significados.com.br/sociedade/>)

Segundo Demerval Saviani a escola é o local que deve servir aos interesses populares garantindo a todos um bom ensino e saberes básicos que se reflitam na vida dos alunos preparando-os para a vida adulta. Em sua obra Escola e Democracia (1987), o autor trata das teorias da educação e seus problemas, explanando que a marginalização da criança pela escola se dá porque ela não tem acesso a esta, enquanto que a marginalidade é a condição da criança excluída. Saviani avalia esses processos, explicando que ambos são prejudiciais ao desenvolvimento da sociedade, trazendo inúmeros problemas, muitas vezes de difícil solução, e conclui que a harmonia e a integração entre os envolvidos na educação – esferas política, social e administração da escola podem evitar a marginalidade, intensificando os esforços educativos em prol da melhoria de vida no âmbito individual e coletivo.

Através da interação do professor e da participação ativa do aluno a escola deve possibilitar a aquisição de conteúdos – trabalhar a realidade do aluno em sala de aula, para que ele tenha discernimento e poder de analisar sua realidade de uma maneira crítica - e a socialização do educando para que tenha uma participação organizada na democratização da sociedade, mas Saviani alerta para a responsabilidade do poder público, representante da política na localidade, que é a responsável pela criação e avaliação de projetos no âmbito das escolas do estado e município, uma vez que este é o responsável pelas políticas públicas para melhoria do ensino, visando a integração entre o aluno e a escola. A escola é valorizada como instrumento de apropriação do saber e pode contribuir para eliminar a seletividade e exclusão social, e é este fator que deve ser levado em consideração, a fim de erradicar as gritantes disparidades de níveis escolares, evasão escolar e marginalização.

De fato, a escola é o local que prepara a criança, futuro cidadão, para a vida, e deve construir um ambiente favorável a convivência e a diversidade dos estudantes. Para que a escola cumpra com seu papel deve acolher os alunos com empenho para verdadeiramente transformar suas vidas.

4.1.2 Ser Humano

A escola precisa estar sintonizada com a complexidade da sociedade, interconectada com os movimentos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos e históricos. Movimentos que devem se tornar objeto de estudo, para que os estudantes possam desenvolver habilidades, conhecimentos e competências que lhes deem subsídios para serem cada vez mais capazes de analisar, refletir e atuar em face da realidade em que vivem, para que não somente possam descrever o mundo que os rodeia, mais sim transformá-lo no sentido de uma configuração mais justa e respeitosa com o ciclo da vida de todas as espécies e gerações. Sendo assim conceituamos o Ser Humano um ser político, social e cultural que reflete e interfere em todos os setores da sociedade.

4.1.3 Educação

Educar integralmente reafirma o nosso desafio em ofertar a BOA ESCOLA, aquela que oportuniza a aprendizagem de qualidade, embasada na discussão, no planejamento, no acompanhamento e na avaliação do conjunto de ações que marcam o trabalho pedagógico da instituição. A escola é uma instituição concebida e organizada para realização da ação do Estado na efetivação deste direito. É, portanto, lócus privilegiado de acesso e fruição a saberes elaborados na perspectiva da emancipação social dos sujeitos conduzindo à expansão da cidadania. Temos o desafio e a responsabilidade intransferível de oferecer uma BOA ESCOLA, ou seja, aquela que tem como horizonte a distribuição formal de escolarização de qualidade para todos/as.

Todos os estudantes têm direito a uma educação de qualidade nos diferentes níveis e modalidades do ensino fundamental. (SME, Parâmetros e Indicadores de Qualidade, 2012, p.27).

.

4.2PRINCÍPIOS E FINS

A presente proposta, em consonância com o atual Currículo do Ensino Fundamental, cadernos pedagógicos da Educação Integral, do Ensino Fundamental, da Educação Infantil, Parâmetros e Indicadores de Qualidade e da Base Nacional Comum, reger-se-á pelos mesmos princípios norteadores da SME que é ancorada nos princípios da **EQUIDADE, DEMOCRACIA, AUTONOMIA, TRABALHO COLETIVO, e INTERESSE PÚBLICO**, operados por instrumentos de expansão e refinamento de participação social, que se constituem nos fundamentos da Gestão Democrática prevista em lei (CF/88,LDB nº 9394/96).

A **EQUIDADE** como princípio baliza as políticas educacionais do município, na perspectiva de superar a assimetria social, econômica, cultural e individual dos sujeitos, reconhecendo as desigualdades e fazendo justiça social. A equidade significa disponibilizar a todas e a cada um o necessário para sua emancipação social.

O princípio da equidade não deve ser tomado como sinônimo de igualdade. A igual distribuição da educação só reproduz as desigualdades sociais já existentes.

A **DEMOCRACIA** precisa estar presente na BOA ESCOLA, como princípio e método. Como princípio, considera que todos têm direito a interferir nas tomadas de decisão.

Como método, disponibiliza a todos os instrumentos e condições de participação legítima no planejamento, execução e avaliação das ações educativas, em qualquer âmbito. Assim, há necessidade de refinamento e ampliação de instrumentos de participação para que de fato haja diálogo e a tomada de decisões seja coletiva e, portanto, legítima. Para tal, é pressuposto compreender a participação como política, a escola como um serviço público e a construção coletiva de decisões a partir dos dissensos, consensos e da diversidade como resultado da articulação de grupos e sujeitos. Está vinculada à construção de decisões coletivas, assegurada pela participação ativa dos interessados em determinada ação, com vistas a um fim. Nesse sentido, não se trata de conceder um benefício a alguém; mas, antes, considerar a possibilidade de influência dos interessados na proposição e execução de políticas públicas para o acesso e fruição de certo direito.

O exercício democrático possibilita a construção da AUTONOMIA e do TRABALHO COLETIVO. A primeira, sempre relativa e social, devendo ser regulada pela legislação e pelos interesses públicos e coletivos, e estar vinculada às condições para o acesso e fruição do direito à educação a todos e todas. “Portanto, é o estatuto de direito que delimita a autonomia nas proposições políticas e ações educacionais”(SEP, 2014, p 24). Tais condições autônomas são produto do trabalho coletivo. A articulação entre todos os sujeitos, a corresponsabilidade e o planejamento participativo são fundamentos para que haja unidade na diversidade entre os sujeitos da ação educativa, na intencionalidade de suas ações. (Currículo do Ensino fundamental em discussão,2015 p4 e 5 )

**AUTONOMIA**: Está relacionada aos limites das ações e dos atos educacionais, balizados pelo caráter público e subjetivo do direito à educação. A liberdade na atuação, em qualquer instância, está sempre circunscrita pela obrigatoriedade de fornecer as condições para o acesso e fruição do direito à educação a todos. Portanto, é o estatuto de direito que delimita a autonomia, nas proposições políticas e ações educacionais.

**TRABALHO COLETIVO**: Atuar coletivamente é condição essencial ao exercício educação só será garantido quando todos se responsabilizarem pela distribuição equânime deste bem social.

**INTERESSE PÚBLICO**: Para a efetivação do direito à educação equânime para todos, é condição que o espaço público seja utilizado como público e não como privado, ou seja, as ações ali operadas só tem sentido se contribuírem para a disponibilização desse direito.

4.2.1 DA INSTITUIÇÃO

A função social da escola é promover a aquisição e a produção do conhecimento. Esse conhecimento é o saber sistematizado, produzido pela humanidade ao longo do processo histórico. Assim, se o trabalho da escola é com o saber escolar, torna-se fundamental definir o que é currículo, qual a concepção de currículo que nós assumimos e a partir disso a construção do currículo da rede.

Nesse sentido, afirmamos que todos os estudantes têm direito a uma educação de qualidade, ou seja, uma Boa Escola, que proporcione a todos e a todas, a cada um e cada uma o acesso ao conhecimento laborado, assumimos um compromisso político e social com a criança, o adolescente, o jovem, o adulto e o idoso que está matriculado na escola pública municipal de Curitiba.

O trabalho educativo envolve conhecer como ocorre o processo de ensino-aprendizagem para planejar estratégias didáticas e pedagógicas que possibilitem os avanços dos estudantes. Optamos por ensino-aprendizagem, pois, defendemos a ênfase da indissociabilidade desse processo. Entendemos que a forma ensino-aprendizagem favorece a interligação de dois processos que acontecem de forma articulada, mas que guardam suas especificidades.

Dessa forma, aprender significa elaborar e articular conceitos, de forma que cada conhecimento aprendido pelo sujeito lhe dê possibilidades de atribuir significados. O processo ensino-aprendizagem é promotor de desenvolvimento dos estudantes e sua finalidade é possibilitar a realização de ações mentais e a humanização pela apropriação dos conhecimentos.

4.2.2. DA GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar é um processo que rege o funcionamento da escola compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas promovendo a participação da comunidade escolar numa ação democrática-participativa. Baseia-se na relação entre a direção e a participação do pessoal da escola. Busca objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente.

**4.2.2.1 ÓRGÃOS COLEGIADOS**

CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola, sendo um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, tem como principais atribuições estabelecer, acompanhar, avaliar e realimentar o Projeto Político Pedagógico da escola. Tem por finalidade promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola a fim de garantir o cumprimento da sua função, que é educar.

O Conselho deverá articular suas ações com profissionais da educação, preservando a especificidade de cada área de atuação. A atuação e representação de quaisquer dos integrantes do Conselho de Escola visam sempre o aluno, fundamentados nos princípios e fins da educação definidos no Regimento Escolar.

O Conselho de Escola está constituído de acordo com os princípios da representatividade, assegurando o equilíbrio dos segmentos dos profissionais da educação, dos funcionários, dos pais e alunos, cujos representantes nele terão necessariamente voz e voto. Ele está composto pelos seguintes elementos:

* A diretora e a vice-diretora da escola.
* Dois representantes do setor pedagógico do turno da manhã e dois do turno da tarde.
* Dois professores regentes do turno da manhã e do dois do turno da tarde.
* Dois representantes da equipe administrativa.
* Dois representantes da equipe auxiliar de serviços.
* Dois representantes dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.
* Oito representantes de pais.
* Quatro representantes da Associação de Pais, Professores e Funcionários.

Os representantes do Conselho de Escola, bem como seus suplentes serão escolhidos entre suas partes mediante processo eletivo definido em reuniões dos seguimentos a cada triênio desde que desvinculado da eleição de diretor.

Ao diretor da escola na função de articulador do Projeto Político Pedagógico caberá presidir o Conselho de Escola diligenciando pela efetiva realização de suas decisões.

APPF: ASSOCIAÇÃO DE PAIS PROFESSORES e FUNCIONÁRIOS

A Associação de Pais, Professores e Funcionários, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da Unidade Escolar, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros.

Compete a APPF, discutir e acompanhar o desenvolvimento do projeto Pedagógico, sugerindo ao Conselho de Escola alterações que julgarem necessárias, entre outros.

As eleições para Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal realizar-se-ão tri anualmente em Assembleia Geral Ordinária. A APPF é composta por:

* Um presidente e um vice-presidente
* 1°secretário
* 2°secretário
* 1°tesoureiro
* 2° tesoureiro
* 5 pais, incluindo 5 suplentes
* 2professores, incluindo 2 suplentes
* 1funcionário, incluindo 1 suplente

Toda e qualquer outra informação com relação as disposições gerais da APPF encontra-se em estatuto próprio.

**4.3 ENSINO FUNDAMENTAL**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, no artigo 23, afirma que: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de ensino aprendizagem assim o recomendar”.

Para acompanhar a dinâmica social, política e cultural da contemporaneidade a escola, quanto à organização de ensino, opta pelos ciclos de aprendizagem do desenvolvimento humano, entendendo que elegendo as interações entre pessoas em ciclos diferenciados, busca-se recuperar o humanismo pedagógico.

Numa perspectiva humanizadora a aprendizagem assume um caráter dinâmico que exige ações de ensino direcionadas para que os alunos aprofundem e ampliem os significados elaborados a partir de suas representações. Nesse contexto, os ciclos de formação surgem como estrutura de ensino que possibilita a compreensão/formação do ser humano como ser cultural/social.

A educação por ciclos se justifica também pelo fato de que a educação deve ser adaptada ao homem e não aos interesses particulares ou transitórios da economia, da política, das ideologias arraigadas em preconceitos, nacionalidades ou culturas.

A educação por ciclos deve promover a formação humana e a escola como instituição social responsável pela socialização dos bens culturais, deve considerar o aparato biológico e cultural dos indivíduos em suas diversas fases do desenvolvimento para sistematizar o conhecimento. Conhecimento esse que é o resultado da história, produto da ação coletiva, portanto pertencente ao conjunto dos homens e sua apropriação deve ser fruto de um trabalho sistemático, voltado à natureza biológico-cultural do desenvolvimento humano.

Assim é necessário definir a forma mais apropriada para sistematizar o conhecimento, considerando os ciclos de aprendizagem. Os documentos legais consultados para a elaboração dessa proposta são os seguintes:

* Constituição Federal;
* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal N.º 9394/96;
* Lei Federal n.º 0.639;
* Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal N.º 8.069/90;
* Resolução n.º 02/98 – CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
* Resolução n.º 01/99 – CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
* Resolução n.º 01/00 CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos;
* Resolução n.º 02/01 – CNE/CEB que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
* Resolução n.º 01/04 - CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
* Resolução n.º 03/05 do Conselho Nacional da Educação (CNE) que trata da organização do Ensino Fundamental em 9 anos;
* Deliberação 014/99 do Conselho Estadual de Educação (CEE): Indicadores para elaboração da Proposta Pedagógica dos Estabelecimentos de Ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades;
* Deliberação n.º 007/99 – CEE- Trata sobre Normas Gerais para a Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos do Sistema Estadual de Ensino;
* Deliberação n.º 16/99 – CEE- que trata do Regimento Escolar;
* Deliberação n.º 09/01 – CEE- que trata sobre matrícula e demais procedimentos quanto à regularização de vida escolar;
* Deliberação n.º 02/05 – CEE- Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Paraná;
* Deliberação n.º 03/06- CEE- Normas para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração no Sistema de Ensino do Estado do Paraná;
* Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba de 2006.

## [LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/ldbe-lei-n-9-394-de-20-de-dezembro-de-1996#art-32)

* “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
* **Art. 32.** O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)
* **I**- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
* **II**- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
* **III**- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
* **IV**- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
* **§ 1º** É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
* **§ 2º** Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
* **§ 3º** O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
* **§ 4º** O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
* **§ 5o** O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).
* **§ 6º** O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011) . ”disponível em www.jusbrasil.com.br”.

**5. BASES NORTEADORES PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO**

A proposta metodológica de trabalho a ser seguida será a Base Nacional Comum proposta pelo MEC, buscando a qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem.

Segundo a SME a organização planejamento educacional será unificado pela Rede Municipal de Ensino, dividindo os conteúdos por trimestre.

5.1 CURRICULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O currículo é o “coração da escola” e tem como elemento central o conhecimento escolar, pois, é a partir dele que se projetam e são desenvolvidas as ações efetivadas no processo ensino-aprendizagem (MOREIRA; CANDAU, 2008). Os autores afirmam que refletir sobre o currículo envolve “discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem”.

Compreendendo que as intenções educativas, bem como, as ações relacionadas a organização do trabalho pedagógico precisam convergir para que o currículo desenvolvido na escola cumpra a função de consolidar as aprendizagens que os estudantes têm direito, a partir das reflexões e debates realizadas nas Semanas de Estudos Pedagógicos, nos Grupos de Estudos, na formação continuada, nas reuniões pedagógicas, etc., balizados pelos princípios e pressupostos por nós assumidos e, portanto, por um currículo em ação, que garanta a apropriação do conhecimento pelos/as estudantes.

É o currículo que direciona e coloca em ação todas as práticas educativas para que os estudantes tenham direito efetivado a apropriação dos conhecimentos escolares.

Boa Escola, conforme o Caderno da Semana de Estudos Pedagógicos (SEP) 2014 tem como objetivo a promoção do acesso e o direito à educação para todos. Portanto, a Boa Escola procura promover a universalização do saber “consciente de que a exclusão do processo de escolarização [...] constitui cerceamento do direito de acesso do indivíduo a importantes dimensões da cultura.” (CURITIBA, 2014, p. 11)

Os conhecimentos escolares provêm de saberes socialmente produzido nos âmbitos de referência dos currículos e que corresponde às instituições produtoras do conhecimento científico, ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento tecnológico, a produção artística. (TERIGI, 2008) No entanto, os conhecimentos socialmente construídos necessitam ser transformados em conhecimentos escolares a serem inseridos nas salas de aulas e nas escolas. Esse processo ocorre pela ação didática do professor, que transforma o conhecimento científico em conhecimento escolar.

Ao se trabalhar com o conhecimento escolar, considera-se aquele trazido pelo estudante, no entanto, a função social da escola, exige garantir o direito à aprendizagem do estudante, ultrapassando o senso comum, em direção à apropriação dos saberes elaborado.

Dessa forma, o conhecimento a ser ensinado na escola não pode cair numa perspectiva utilitarista, ou seja, ensinar apenas o que é considerado necessário para um uso imediato naquele determinado momento. Portanto, toma-se como ponto de partida a prática social, mas não se desconsidera o conhecimento escolar a ser trabalhado naquele determinado ano do ciclo.

O Currículo do Ensino Fundamental foi produzido atendendo as nossas necessidades de uma maior definição dos conteúdos, objetivos de aprendizagem e critérios de avaliação a serem trabalhados em cada ano do ciclo. Destacamos que a opção pelo trabalho com os conteúdos por ano se insere numa perspectiva integradora do conhecimento. A análise dos documentos curriculares precisa, portanto, buscar compreender as relações entre as suas restrições e possibilidades de ação, ou seja, o que é viabilizado ou dificultado a partir deles.

A perspectiva de trabalho em ciclos de aprendizagem considera a necessidade de retomar determinados conhecimentos que não foram assimilados pelos estudantes em outros anos ao longo do processo pedagógico. Dessa forma o planejamento do ensino e o plano das aulas serão retomados constantemente tendo em vista às aprendizagens efetivadas e as que estão em processo. Nesse sentido, currículo, planejamento e avaliação são elementos indissociáveis do trabalho pedagógico.

O Currículo do Ensino Fundamental, assim como a Base Nacional Comum (BNC) organizam os componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento: Linguagens (língua portuguesa, língua estrangeira moderna, arte e educação física); Matemática (matemática); Ciências da Natureza (ciências) e Ciências Humanas (geografia, ensino religioso, história), também segue esta forma de organização. O objetivo de tal organização é a integração dos conhecimentos. O documento está disponibilizado em cinco volumes: volume I – Princípios e Fundamentos; volume II – Área Linguagens; volume III – Área Matemática; volume IV – Área Ciências e Natureza; volume V – Área Ciências Humanas.

ÁREA LINGUAGENS

Essa área do conhecimento compreende os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira moderna, Arte e Educação Física. “Concebida como forma de ação e interação no mundo e como processo de construção de sentidos, a linguagem é, portanto o elo integrador da área”. (BRASIL, sem ano, p. 29). Em relação à Educação em tempo Integral, também compõe esta área a Prática de Acompanhamento Pedagógico, a Prática Artística e a Prática de Movimento e Iniciação Desportiva.

É entendida como articuladora das linguagens: verbal, musical, visual e corporal. Tratando diretamente da aprendizagem da escrita: [...] que envolve a alfabetização, entendida como compreensão do sistema de escrita alfabético-ortográfico, e o domínio progressivo das convenções da escrita, para ler e produzir textos em diferentes situações de comunicação. A tarefa do letramento, que diz respeito à condição de participar das mais diversas práticas sociais permeadas pela escrita [...] (BRASIL, sem ano, p. 29).

A abordagem dos componentes curriculares nessa área do conhecimento deve compreender, segundo a BNC, o trabalho com as práticas linguísticas, artísticas e culturais. Considerando sempre o caráter de construção histórica humana.

ÁREA MATEMÁTICA

O ensino da matemática faz sentido na formação das pessoas desenvolvendo a capacidade de problematizar, fazer leitura crítica de mundo e de seu modo de viver. Nesse contexto, percebemos a necessidade de um ensino de matemática reflexivo, que se revela como um direito de todos, no qual seja possível compreender a matemática no movimento de formar-se cidadão.

Em relação à Educação em tempo Integral também compõe esta área a Prática de Acompanhamento Pedagógico.

“Um currículo, na área de Matemática, dialogando com todas as áreas, precisa garantir o direito à compreensão das ideias abrangentes que articulam conhecimentos específicos, ao desenvolvimento do pensamento analítico e à interpretação de problemas, criação de suas próprias estratégias de resolução e produção de situações desafiadoras”. (BRASIL, sem ano, p. 137).

ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA

A finalidade deste componente curricular é proporcionar uma cultura científica que leve os estudantes a compreender a natureza da Ciência e a influência dos avanços científicos e tecnológicos na sociedade; que faça entender as questões culturais, sociais, éticas e ambientais associadas ao uso dos recursos naturais, dos conhecimentos científicos e da tecnologia. Sendo assim, o ensino de Ciências se torna imprescindível para a formação integral dos sujeitos, pois, considerando o valor social da Ciência, é direito do aluno e dever da escola garantir a aprendizagem do conhecimento científico.

Na Educação em tempo Integral, contempla na Área de Ciências da Natureza a Prática de Ciência e Tecnologia da Comunicação e Informação.

O ensino de Ciências:

[...] tem compromisso com uma formação que prepare o sujeito para interagir e atuar em ambientes diversos, considerando uma dimensão planetária, uma formação que possa promover a compreensão sobre o conhecimento científico pertinente em diferentes tempos, espaços e sentidos; a alfabetização e o letramento científicos; a compreensão de como a ciência se constituiu historicamente e a que ela se destina; a compreensão de questões culturais, sociais, éticas e ambientais, associadas ao uso das tecnologias.(BRASIL, sem ano, p. 166).

ÁREA CIÊNCIAS HUMANAS

Nessa área do conhecimento estão contemplados os seguintes **componentes curriculares: História, Geografia e Ensino Religioso**.

Em relação a Educação em tempo Integral também compõe esta área a Prática de Educação Ambiental. Sendo trabalhado ao longo do Ensino Fundamental com práticas de leitura, diálogos e registros:

[...] nos componentes curriculares Geografia, História e Ensino Religioso, em ações integradas com os demais componentes e áreas, contribuem com processos diversos de letramento, de desenvolvimento das linguagens e de raciocínios matemáticos, sistematizando percepções de espaços em diferentes tempos históricos e escalas geográficas, ampliando o entendimento sobre pessoas, culturas e grupos sociais em relações de produção, de poder e de transformação de si mesmas e do mundo (BRASIL, sem ano, p. 258).

A área das ciências humanas deve ser trabalhada, por meio de práticas integradoras com a área de Linguagens, da Matemática e das Ciências da natureza.

CONCEPÇÕES DE TRABALHO COM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A palavra *integral* significa inteiro, completo, total. Portanto, a Educação em Tempo Integral, além de propiciar um tempo maior de permanência do estudante no espaço escolar, deve favorecer uma educação integral, isto é, que pense o ser humano como um ser multidimensional, englobando os aspectos biológico, afetivo, cognitivo, histórico, social e cultural, que vão se desenvolvendo no decorrer da vida.

A ampliação do tempo escolar implica uma diversidade de propostas que envolvem artes, esporte, lazer, cultura, conteúdos pedagógicos e científicos desenvolvidos em espaços distintos, proporcionando aos estudantes experiências que promovem a interação entre todos da comunidade escolar.

Com o objetivo de contribuir para a formação integral do estudante, são desenvolvidas, no contraturno, nas Escolas de Tempo Integral e Unidades de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, as seguintes práticas educativas:

Acompanhamento Pedagógico, Práticas de Educação Ambiental, Prática de Ciência e Tecnologia, Práticas de Movimento e de Iniciação Desportiva, Práticas Artísticas e Tempo Livre.

Esse tempo ampliado não pode apenas servir de acessório ao turno regular de aulas, reforçando os conteúdos dos componentes curriculares da base nacional comum, mas deve ir além, enriquecendo e aprofundando os conhecimentos.

Assim, o aumento de tempo de permanência dos estudantes nos espaços escolares terá sentido, pois serão conjugados esforços para que esse tempo reverta-se em benefício de sua aprendizagem e desenvolvimento integral.

A organização do tempo ampliado se dá em pelo menos dois momentos: um para o Acompanhamento Pedagógico, que deve ocorrer durante uma hora diária pelo menos quatro vezes por semana, e o outro, quando serão desenvolvidas Práticas de Movimento e de Iniciação Desportiva, Práticas Artísticas, Prática de Ciência e Tecnologia e Práticas de Educação Ambiental, que deverão ter duração de duas horas, pelo menos uma vez por semana.

O Tempo Livre, previsto nas *Diretrizes Curriculares*, deverá ser contemplado, no horário de almoço e dos recreios da manhã e da tarde, com atividades dirigidas acompanhadas por profissionais indicados pela equipe pedagógico-administrativa da escola, sendo de livre escolha do estudante a atividade de que deseja participar.

Quando buscamos a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes, é primordial pensar em ambientes de aprendizagem diversificados: salas de aula, quadras, bibliotecas, laboratórios de ciências, salas de apoio pedagógico, laboratórios de informática, refeitórios, parques e os espaços da cidade que podem ser visitados pelos estudantes.

Todos esses ambientes de aprendizagem necessitam ser intencionalmente organizados para o desenvolvimento de atividades significativas, ampliadas e diversificadas, o que possibilita as mais variadas formas de expressão, tanto individuais quanto coletivas. (Caderno Pedagógico Educação Integral , SME,2012 p 9 e 10)

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A educação enquanto processo intencional tem na escola seu ambiente institucionalizado, cuja função social remete ao ensino e à aprendizagem dos estudantes em sua integralidade, considerando os aspectos cognitivos, afetivos, motores, sociais entre outros, ou seja, em todas as suas dimensões.

Educar integralmente reafirma o nosso desafio em ofertar a BOA ESCOLA, aquela que oportuniza a aprendizagem de qualidade, embasada na discussão, no planejamento, no acompanhamento e na avaliação do conjunto de ações que marcam o trabalho pedagógico da instituição.

Nesse contexto, a concepção de educação integral, ganha amplitude nos estudos e discussões acadêmicas e definições de políticas públicas que priorizam a formação integral do estudante, isto é, que considere o desenvolvimento do ser humano integral, ou seja, em todas as suas dimensões cognitiva, afetiva, motora e social.

Conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), falar em formação integral pressupõe compreender que o fazer pedagógico em sua rotina deve conceber as dimensões do Cuidar e Educar como princípios indissociáveis, com vistas ao desenvolvimento da autonomia do sujeito em sua essência humana.

AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A sistematização e o planejamento do trabalho da escola têm por alicerce o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que, por meio da participação de todos os profissionais envolvidos, explicita a ação educativa articulando todos os elementos constitutivos do seu currículo. Os saberes escolares, os encaminhamentos metodológicos, a organização do espaço e do tempo escolar são elementos a serem articulados aos objetivos de aprendizagem propostos para cada ciclo ou ano.

Nessa perspectiva, a ampliação da jornada escolar é uma estratégia que visa à qualificação das atividades pedagógicas, a partir da integralidade do trabalho educativo que concebe a escola enquanto espaço de formação humana.

Prevista em lei3, a ampliação do tempo escolar acontece de forma progressiva e compreende um novo olhar para o currículo, com a integração dos campos do conhecimento e dimensões formadoras do ser humano. Ou seja, promove condições diferenciadas de acesso a bens culturais e qualifica o trabalho da escola pública.

O currículo da escola com jornada ampliada sistematiza em seu PPP uma rotina de nove horas diárias e articula as áreas do conhecimento e os saberes escolares às **práticas** voltadas à leitura e escrita, à arte, ao esporte, ao lazer, à cultura, à experimentação científica e ao uso das tecnologias.

**5.2 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E INDÍGENA**

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A educação se configura como uma possibilidade de acesso a direitos essenciais para garantir a dignidade humana. Concretizar esses direitos exige a construção de concepções e práticas educativas que evidenciem a inclusão e a prática da educação em direitos humanos. Considera-se a educação como um dos instrumentos para compreender como as diferenças geram desigualdades, sobretudo para determinados grupos que historicamente tiveram seus direitos violados ou nem foram considerados sujeitos de direitos evitando que se aceite.

Nesta perspectiva, a educação em direitos humanos assume dimensões específicas no que diz respeito à formação de sujeitos de direito, no favorecimento da emancipação de sujeitos sociais historicamente excluídos, no reconhecimento do/a estudante como agente ativo na modificação da mentalidade de seu grupo, sendo protagonista na construção de uma sociedade plural e igualitária.

Legislações específicas foram criadas para estabelecer a efetivação do direito à diversidade, à justiça social, à inclusão e ao respeito aos direitos humanos, como elementos essenciais na formação dos/das estudantes, como segue:

• Lei Federal 10639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

• Lei Federal 11645/08, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática.

“História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

• Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.

• III Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2010).

• Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Diretos Humanos LGBT.

• III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

• Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Esse marcos legal admite que no Brasil existam enormes desafios a serem enfrentados para a superação da discriminação, do preconceito e da violência diante da diversidade humana.

A busca pelo respeito e igualdade de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual afirma o papel da escola como espaço de promoção, proteção, defesa e reparação das violações dos direitos humanos e sua responsabilidade na criação de uma cultura de respeito às pessoas independente da cor de sua pele, de sua crença ou de sua identidade. Por essas razões, os temas trabalhados são definidos e abordados num contexto social amplo em relação à problemática e aos conceitos fundamentais relacionados aos direitos humanos e a cidadania. Além disso, devem envolver conhecimentos sobre direitos fundamentais, enfrentamento ao preconceito e à discriminação, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, entre outras, enfocando a promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. Assim, a noção de dignidade humana deve perpassar os diferentes temas abordados e constituir-se durante todo o processo educativo.

A utilização de metodologias ativas e participativas, o emprego de diferentes linguagens, o diálogo entre os conhecimentos próprios e o saber escolar são componentes presentes ao longo de todo o processo que tem como referência fundamental a realidade social, cultural, política e as experiências dos/das estudantes relacionadas às violações ou à defesa dos direitos humanos.

Essas metodologias objetivam transformar conceitos, atitudes, comportamentos, dinâmicas organizacionais, práticas cotidianas, individuais e coletivas dos diferentes sujeitos e das organizações sociais e educativas, além de propiciar experiências em que se vivenciem os direitos humanos.

A educação em direitos humanos contribui para que as/os estudantes assumam suas responsabilidades enquanto cidadãos e cidadãs, promovendo o respeito entre as pessoas e suas diferenças; fazendo com que reconheçam e defendam seus direitos e os direitos dos outros.

**5.3 PROJETOS E PROGRAMAS**

Os projetos educacionais desenvolvidos nas escolas municipais nas áreas de Arte e Cultura; Esporte e Lazer; Direitos Humanos e Cidadania; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Saúde, Alimentação e Prevenção e Tecnologias Educacionais tem a intensão de proporcionar o enriquecimento das ações dos componentes curriculares e/ou desenvolver ações interdisciplinares, ampliando, diversificando e aprofundando conhecimentos.

Desta forma, devem trabalhar com o conhecimento específico da área à que se destinam e, por meio de diferentes vivências, proporcionar o desenvolvimento de habilidades e potencialidades e ampliar o repertório social e cultural.

Os projetos educacionais devem estar em concordância com o presente PPP e podem acontecer no Tempo Parcial de aula ou no Tempo Ampliado escolar dos estudantes e/ou com extensão de carga horária. A escolha dos projetos que serão desenvolvidos na unidade escolar serão pautados a partir dos princípios da democracia e do respeito ao espaço público, proporcionando a discussão coletiva sobre a realidade e as necessidades da escola e dos estudantes, visando à garantia do direito à educação. Os mesmos são escolhidos no início do ano letivo podendo eles ser novos ou com continuidade do ano anterior. Ressalta-se que o princípio da equidade norteará a participação dos estudantes nos projetos educacionais em horário de escolar e/ou de ampliação de carga horária.

Na área de Arte e Cultura são desenvolvidos projetos com as linguagens artísticas, que proporcionam o enriquecimento cultural dos estudantes. Nos projetos da área de Esporte e Lazer são ofertadas atividades pedagógicas de determinada modalidade esportiva, respeitando a faixa etária dos estudantes. A sequência pedagógica contempla o histórico, as regras básicas e os fundamentos do esporte, das atividades pré-desportivas e do jogo propriamente dito.

**REDE DE AGENTES DE INCLUSÃO – FICA**

Esse programa tem por finalidade garantir os direitos das crianças e dos adolescentes do Estado do Paraná à permanecerem na escola. Através dele está sendo criada uma Rede de Agentes de Inclusão que pretende promover a inserção, no sistema educacional, das crianças e dos adolescentes que tenham sido excluídos.

A Rede de Agentes de Inclusão está organizada para criar mecanismos de controle da evasão nas escolas e realizar levantamento das crianças e dos adolescentes sem acesso à rede de ensino. Além disso, deve realizar estudos, debates e ações conjuntas entre os profissionais da Rede Estadual Básica do Paraná, representantes da Educação dos Sistemas Municipais (diretores, professores), Conselhos Tutelares, Ministério Público, Escritórios Regionais de Assistência Social, Instituições de Ensino Superior, pais, alunos e comunidade em geral, despertando a responsabilidade de cada segmento na inclusão e permanência das crianças e dos adolescentes no sistema educacional.

O trabalho da rede deve ainda organizar o mapeamento das causas da exclusão e evasão, definindo as ações de acordo com as características das diferentes regiões do município.

Para sistematizar o programa o governo do Estado implantou o documento “FICA” FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO AUSENTE, em anexo. Para a operacionalização da FICA é essencial a atuação da escola. O principal agente desse processo é o professor, na medida em que constatada a ausência do aluno por 5 (cinco) dias consecutivos, ou então, 7 (sete) alternados no período de um mês, esgotadas as iniciativas a seu cargo, comunicará o fato à equipe pedagógica da escola, que entrará em contato com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno.

Recebendo a notícia (mediante a entrega, pelo professor, do formulário próprio), o pedagogo preenche imediatamente as três vias da FICA (campos nº 1, 2 e 3), comunicando o fato à direção da escola. A direção, juntamente com a equipe pedagógica e com o Conselho Escolar realiza no prazo de cinco dias contato com o aluno e sua família, buscando viabilizar o retorno daquele à escola, preenchendo o campo nº 4 da FICA. No mesmo período tomará providências de caráter protetivo que se fizerem pertinentes (encaminhando o caso, quando necessário, aos setores competentes da administração pública, notadamente àqueles responsáveis pela própria educação, bem como pela saúde e assistência social), buscando garantir a permanência do aluno no sistema educacional, com acionamento das políticas públicas, serviços e programas de proteção existentes.

Obtendo êxito com o retorno do aluno à escola arquiva a FICA em pasta própria. Não obtendo encaminha a 1ª e 3ª vias de tal documento ao Conselho Tutelar (ou na falta desse, ao Juiz da Infância e Juventude), arquivando a 2ª via na escola. Transcorridos 10 (dez) dias do encaminhamento da FICA e não obtendo resposta, o Ministério Público deverá ser imediatamente comunicado. Devolvida a 1ª via da FICA, o pedagogo registra na 2ª via (que permaneceu na escola), os encaminhamentos constantes da 1ª via, ou seja, das providências adotadas pelo Conselho Tutelar ou do Ministério Público, encaminhando a 1ª via ao NRE/SEED.

**PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA**

O Decreto nº 1218/05, institui o Programa Comunidade Escola nas escolas municipais de Curitiba que tem por objetivo valorizar a escola como espaço aberto de conhecimento, promovendo parcerias e ações integradas para o desenvolvimento da comunidade local por meio da abertura das escolas municipais nos finais de semana, com a organização e desenvolvimento de atividades sócio-educativas estimulando a integração entre a escola e a comunidade. As atividades serão desenvolvidas nos eixos de esporte e lazer, educação inclusiva, saúde, empreendedorismo e cultura. Em nossa unidade o Programa Comunidade Escola ocorre nos sábados no horário das 11h às 17h.

**REDE DE PROTEÇÃO**

Esse programa tem por finalidade reduzir a violência contra a criança e o adolescente em Curitiba, especialmente no que se refere à violência doméstica.

O programa tenta sensibilizar a comunidade, os profissionais, as entidades sobre a importância da denúncia, assistência e prevenção daviolência contra crianças e adolescentes; capacitar representantes da escola, chefes de Núcleo da Educação e da Saúde, da comunidade em geral, do Conselho Tutelar, das Unidades de Saúde para percepção da violência contra esse grupo populacional e para o desenvolvimento do trabalho integrado e intersetorial e oferecer às vítimas, aos agressores e às famílias o atendimento necessário para ajudar a superar as condições geradoras de violência e as seqüelas resultantes dos maus tratos.

Para a operacionalização do programa é essencial a atuação da escola, das creches, profissionais com atuação em serviços comunitários, serviços de saúde, hospitais e delegacias de polícia. Diante da suspeita ou comprovação de maus tratos esses profissionais deverão prestar os atendimentos necessários e formalizar a denúncia por meio daFICHA DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE VIOLÊNCIA OU SUSPEITA DE VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – N.O. em anexo.

Nos casos considerados moderados ou graves, em que seja necessária a presença imediata do Conselho Tutelar ou do SOS Criança esses deverão ser acionados por telefone ou fax. A Ficha Notificadora deve ser preenchida em todos os casos (leves, moderados e graves) e enviadas para o Núcleo Regional, esse recebe e encaminha para a unidade competente para tomada das providências cabíveis.

O CEI Professra Tereza Matsumoto pertence à Micro-Área Tapajós, dela também faz parte: Unidade de Saúde Tapajós, CMEI Tapajós I e II, CEI Conveniada Acácias, as Escolas Municipais Francisco Derosso e Guilherme Butler, o Colégio Estadual Jaime Canet e os representantes do Conselho Tutelar e Núcleo Regional da Educação do Boqueirão. Normalmente as reuniões acontecem nas primeiras semanas de cada mês em locais previamente definidos.

**5.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A RME de Curitiba está organizada em ciclos de aprendizagem, instituídos pelo Parecer nº 487/99 do Conselho Estadual de Educação. Com a proposta de implantação dos ciclos de aprendizagem intensificaram-se as discussões sobre a organização curricular, no sentido de uma reformulação pedagógica do trabalho e não simplesmente de uma supressão da reprovação.

Não se trata de postular a promoção automática dos estudantes e sim de assumir o compromisso com a aprendizagem de todos/todas os/as estudantes.

*[...] adotar as providências necessárias para que a operacionalização do*

*princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática”*

*de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para o combate*

*à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a*

*aprendizagem. (BRASIL, 2013, p.120)*

5.4.1 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO

A avaliação deve ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional; como conjunto de resultados que alimentam, sustentam e orientam a intervenção pedagógica. Deve ser contínua e sistemática, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e utilizar-se de meios que forneçam pistas concretas do caminho que o aluno está fazendo para se apropriar do conhecimento.

A avaliação, ao possibilitar a interpretação da qualidade do conhecimento apropriado pelo aluno, subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e sobre a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como importantes no processo de aprendizagem individual e/ou de todo o grupo.

“A partir da segunda metade da década de 1980,novas perspectivas abrem caminho para um conhecimento da escola e das suas práticas. Assim, emerge uma nova concepção de avaliação formativa denominada alternativa emergente por Ludkee André (1992;emancipatória por Sal l(1994)e crítica por Luckesi(1995).

“De acordo com Dalben “Este novo conceito de avaliação defende uma nova concepção de trabalho pedagógico, alterando a perspectiva transmissiva de processo de ensino. Proclama uma interação permanente: professor x aluno x conhecimento e, nesse contexto contínua e dinâmica da relação pedagógica como um todo. (Dalben,1999, p.78) Apud Gomes, Suzana dos Santos. Um olhar sobre as praticas de avaliação na escola.”

Suzana Gomes dos Santos (2014) enfatiza que ao professor cabe o acompanhamento de todo processo de avaliação, através da coleta de dados e informações, o registro das necessidades e possibilidades do aluno, de modo á possibilitar maior investimento pedagógico para alteração dos encaminhamentos didáticos.

Essa nova perspectiva de avaliação leva o professor a avaliar, não só o desempenho do aluno, mas também, a sua responsabilidade social, o seu papel, que dependem também das condições de trabalho, sua formação, metodologia e recursos disponíveis.

Os instrumentos de avaliação podem ser: provas e outros registros de observação, produção oral e escrita (individual ou coletiva), pesquisas de campo, debates, relatórios, exposições, auto avaliação elaborados por professores e equipe pedagógico-administrativa.

No entanto, o que não se pode perder de vista é que esses instrumentos sejam realmente eficazes, ou seja, se eles são capazes de captar o processo de apropriação do conhecimento realizado pelo aluno.

O registro do acompanhamento desse processo deve ser feito em ficha própria a partir de critérios pré-definidos pelas áreas do conhecimento em cada Ciclo de Aprendizagem.

Essa ficha deverá ser disponibilizada aos pais ou responsáveis, nas reuniões próprias para discussão sobre aproveitamento escolar ou quando se fizer necessário.

5.4.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA ECOLA MUNICIPAL CEI PROF TEREZA MATSUMOTO

O processo de avaliação adotado pela escola é orientado pela SME e se constitui de vários instrumentos presentes no cotidiano: avaliações diagnósticas, leituras, portfólio, avaliações trimestrais, entre outras que ficará a critério do professor.

O registro do acompanhamento desse processo deve ser feito em ficha própria a partir de critérios pré-definidos pelas áreas do conhecimento em cada Ano de Aprendizagem.

Essa ficha deverá ser disponibilizada aos pais ou responsáveis, nas reuniões próprias para discussão sobre aproveitamento escolar ou quando se fizer necessário.

**LDBEN 9394/96**

Art. 9º - VI: cabe à União assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em consonância com os sistemas de ensino, objetivando definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

Art. 12 - VII: Cabe aos estabelecimentos de ensino informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica;

Art. 24 – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos **qualitativos** sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (...)

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

De acordo com as orientações da SME a avaliação ocorre em três dimensões:

**Avaliação institucional: interna à escola**

Focos: gestão administrativa, gestão pedagógica, de pessoas, de recursos físicos, materiais, financeiros...

**Avaliação de redes de Educação Básica: externas á escola**

* Avaliação de Rendimento Escolar da RME – é uma das estratégias que compõe um conjunto de ações que visa à melhoria da qualidade do ensino (Programa Qualidade na Educação).
* Mensurado por avaliações como SAEB, ENEM, ENADE, Prova Brasil, Provinha Brasil, etc.

**Avaliação de Rendimento Escolar da RME**:

É uma das estratégias que compõe um conjunto de ações que visa à melhoria da qualidade do ensino (Programa Qualidade na Educação).

Mensurado por avaliações como SAEB, ENEM, ENADE, Prova Brasil, Provinha Brasil, etc.

**Avaliação da aprendizagem**

A temporalidade de avaliação foi decidida através de uma pesquisa e reflexão realizada com o corpo docente onde 11% optaram por uma avaliação bimestral, 76% trimestral e 13% não responderam. Assim a avaliação da escola será trimestral.

**Avaliação Formativa**

Ocorre Ao longo do processo ensino-aprendizagem, tem como foco fornecer informações acerca das ações de aprendizagem.

Na avaliação formativa o professor deve considerar:

-objetivos de sua ação didática;

-nível de desenvolvimento e construção de conhecimentos dos estudantes;

-erros dos estudantes: forma de desvelar os processos mentais;

É a avaliação destinada a informar a situação em que se encontra o aluno no que se refere ao seu desenvolvimento da aprendizagem e objetivos programados: para o trimestre, no Tempo Parcial e no Tempo Ampliado. Essa modalidade de avaliação apresenta-se de forma diagnóstica, contínua e sistemática.

A avaliação formativa tem como dinâmica:

* A auto avaliação da turma e dos professores;
* O conselho de classe participativo com todos os profissionais envolvidos no processo de avaliação do aluno, devendo debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem, propondo encaminhamentos necessários.
* O registro dos resultados em ficha própria e de anotações sobre o aluno e suas produções;
* O registro em parecer descritivo individual/anual, podendo ser parcial ou conclusivo ao final de cada ciclo.

**Avaliação Somativa**

Consiste no quadro diagnóstico geral resultante, no final de cada ano letivo e de cada ciclo de aprendizagem, evidenciado pela avaliação formativa, portanto, apresenta o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, seus avanços e dificuldades, apontando o modo de progressão do mesmo.

A retenção ou promoção do aluno ocorre no final de cada ciclo (3º ano do ciclo I e 5° ano do ciclo II), após reunião da Equipe de Analise Esta equipe é composta por um profissional da SME; alfabetizadora e pedagoga do NRE; professores da escola envolvidos no trabalho com o aluno e equipe pedagógico-administrativa da escola. Normalmente, acontece no final de uma unidade de ensino, de um período definido (bimestre, semestre, etc), de um curso, um ciclo, tratando sempre de determinar o grau de domínio de alguns objetivos previamente estabelecidos.

Propõe fazer um balanço somatório de uma ou várias sequências de um trabalho de formação. Sua principal função é dar certificado, titular.

**Avaliação Especializada**

A Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional, se faz necessária quando a escola percebe alguma questão na relação ensino-aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem observadas pelos professores em relação aos estudantes que necessitem um apoio especializado. Essa avaliação quando possível será recomendada mediante estudo de caso pelos profissionais (alfabetizadores e pedagogos) dos Núcleos Regionais e encaminhada aos especialistas, nos Centros Municipais de Atendimento Especializado.

Os componentes curriculares Educação Física, Arte e os projetos serão avaliados em termos de desempenho do aluno no decorrer do processo. Os resultados serão apresentados à comunidade escolar na amostra de trabalho de cada semestre.

**Intervenção Pedagógica**

Uma forma de intervenção pedagógica é a recuperação de estudos, parte integrante do processo de ensino-aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo que acontece concomitantemente e/ou paralelamente ao período letivo.

Deve proporcionar ao aluno condições que lhe possibilite a melhoria do aproveitamento escolar e avanço**.** Professores envolvidos no trabalho e equipe pedagógica farão essa intervenção após análise e estudo das produções do aluno.

5.4.3PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

**Classificação:**

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

A classificação do aluno em qualquer ciclo do Ensino Fundamental se realizará para aluno egresso das modalidades de Educação Especial para aquele oriundo de país estrangeiro que não apresentar documento escolar.

A classificação de caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguinte medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

* Proceder avaliação diagnóstica documentada pelo professor ou equipe pedagógica;
* Comunicar ao aluno ou responsável, a respeito do processo a ser iniciado para obter, o respectivo consentimento;
* Organizar comissão formada por docentes, técnicos e direção da escola para efetivar o processo;
* Arquivar atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;
* Registrar os resultados no histórico escolar do aluno;
* Plano de formação continuada para professor.

**Reclassificação:**

Parecer 721/07-CEE/PR.

LDBEN nº9.394/96, Art.23,parágrafo 1º Art. 23

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

Del. nº09/01- CEE/PR-Art. 24 e 27 e Parecer 721/07-CEE/PR.

Art. 24 – Reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar.

Art. 27 – Ficam vedadas a classificação ou reclassificação para etapa inferior à anteriormente cursada.

Os alunos mais capazes ou superdotados ganham novas possibilidades no âmbito de sua educação escolar. Os procedimentos necessários para a reclassificação dos alunos seguem abaixo:

* A avaliação pedagógica deverá ser realizada pela equipe pedagógica da escola, pelos professores e orientada pelo Núcleo Regional da Educação, através de observações no contexto escolar e entrevista com a família;
* A partir dos dados levantados, e da avaliação processual, a equipe pedagógica da escola e os professores deverão fazer um estudo de caso e elaborar um relatório.

Ressaltamos, entretanto, que a identificação de alunos superdotados se faz ao longo de um período de observação e acompanhamento. Mais importante que é atender às necessidades do aluno no que se refere à socialização e interação na série, visando, sempre, o sucesso do mesmo, principalmente nas questões interpessoais.

**5.4.4 Organização do conselho de classe**

Reunião avaliativa com os profissionais envolvidos que discutem sobre:

-aprendizagem dos estudantes;

-o desempenho dos docentes;

-os resultados das estratégias de ensino empregadas;

-adequação da organização curricular e metodológica

-aprimoramento da prática pedagógica

O Conselho de Classe é o órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo que marca um momento importante de decisão no processo de avaliação do ensino-aprendizagem. Seu objetivo é analisar o trabalho desenvolvido junto aos alunos, as dificuldades encontradas, as necessidades, os entraves e planejar coletivamente ações comuns, objetivos e estratégias a serem desenvolvidas. É constituído pela equipe pedagógico-administrativa, por todos os professores que atuam no processo ensino-aprendizagem. O agente administrativo (SECRETÁRIA) deverá participar da reunião do último Conselho de Classe do ano letivo para ciência das decisões tomadas e garantia da fidedignidade no fluxo de informações internas e externas.

A equipe pertencente ao Conselho de Classe se reúne trimestralmente em duas etapas:

* Pré-conselho que é realizado nas permanências dos professores regentes e auxiliares.
* Conselho Geral que elenca os indicadores, facilitadores e dificultadores do processo de aprendizagem propondo a superação das dificuldades detectadas.

CONSELHOS DE CLASSE

O **Conselho de Classe** está diretamente relacionado à avaliação e, de acordo com o Regimento Escolar, é órgão consultivo, normativo e deliberativo para assuntos didático-pedagógicos, no qual profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem refletem e discutem acerca da aprendizagem dos estudantes, da atuação docente, dos resultados das estratégias de ensino empregadas, da adequação da organização curricular e metodológica e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avaliá-lo para aprimorar a prática pedagógica. “O Conselho de Classe, como mecanismo previsto na organização da Escola, reflete, em realidade, como vem sendo concebida e vivenciada a Educação Escolar, suscitando, portanto, diversas e complexas dimensões, que podem ser tomadas como foco de análise (SOUSA,1998, p. 45).”

O Conselho de Classe não é formado apenas para discussão de situações individuais dos estudantes, mas para levantar, coletivamente, as intervenções necessárias no intuito de melhorar o processo ensino-aprendizagem em todos os componentes curriculares, de prever mudanças tanto na prática dos docentes, quanto na organização dos conteúdos curriculares e na dinâmica escolar, traçando metas para cumpri-las.

CONSELHO DE CLASSE FINAL

A cada trimestre, com base em avaliações e registros efetivados pela escola, tendo claro que nem todos os estudantes aprendem ao mesmo tempo e da mesma forma, as equipes escolares reúnem-se em Conselho de Classe trimestralmente e no final do ano letivo l, a fim de discutir, analisar e definir sobre a aprendizagem do aluno.

A progressão dos estudantes acontece no final de cada ciclo. Essa progressão poderá ocorrer por:

– **Progressão simples (PS**) – para o estudante que prossegue normalmente seus estudos de um ano para o outro, no mesmo ciclo, ou de um ciclo para outro;

– **Progressão com apoio (PA**) – para o estudante que progride para o ano ou ciclo seguinte, com necessidade de acompanhamento em algum componente curricular.

A progressão do estudante de um ano a outro no ciclo será feita desde que o estudante tenha frequência mínima de 75% da carga horária total do ano letivo. Entre os ciclos, a progressão será feita desde que o estudante não apresente dificuldades significativas de aprendizagem. Caso contrário, o caso deverá passar por estudos mais aprofundados, feitos por uma Equipe de Análise da aprendizagem.

Na Escola Municipal CEI Professora Tereza Matsumoto o Conselho de Classe é realizado ao final de cada trimestre**,** individualmente com cada regente nas permanências com data prevista em calendário.

O **Conselho final** acontece no final do ano, com os regentes, pedagogos, diretora, vice-diretora com registrado em ata.

**5.4.5 Instrumentos individuais de avaliação:**

- Provas orais ou escritas

- Trabalhos individuais

-Portfólio-Coletânea das evidências que documentam o desenvolvimento, as competências e as habilidades de um estudante.

Pode abranger diferentes tipos de documentos: anotações pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, representações visuais, textos, desenhos.

- Auto avaliação

**Instrumentos de avaliação coletiva**:

- debates, painéis, seminários.

- trabalhos em grupo

- provas resolvidas em dupla ou grupos

**Critérios de avaliação**

Para cada conteúdo, precisa-se ter claro o que dele se deseja ensinar e, portanto, avaliar. São os critérios que permitem acompanhar o processo de aprendizagem.

**Estratégias de avaliação**

Indicam as formas e os instrumentos previamente estabelecidos para se avaliar um conteúdo.

**Parecer Objetivo**

O parecer é uma avaliação de desempenho de aprendizagem na qual os professores envolvidos assinalam os critérios atingidos pelo estudante.

O registro do acompanhamento desse processo acontece trimestralmente e deve ser feito em ficha própria a partir de critérios pré-definidos pelas áreas do conhecimento em cada Ano de Aprendizagem.

Essa ficha deverá ser disponibilizada aos pais ou responsáveis, nas reuniões próprias para discussão sobre aproveitamento escolar ou quando se fizer necessário.

**PAPI**

O Plano de Apoio Pedagógico é um documento que registra as necessidades de aprendizagem do aluno, identificando suas potencialidades e capacidades, descrevendo o que o aluno sabe, o que precisa saber, as intervenções pedagógicas para superar as dificuldades apresentadas. É um trabalho integrado com os professores que atuam no Tempo Ampliado visando auxiliar o estudante no seu processo de construção do conhecimento e na superação de suas dificuldades.

**5.5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

A Avaliação Institucional tem por objetivo rever e aperfeiçoar o Projeto Político Pedagógico da Escola, promovendo a melhoria da qualidade, pertinência e relevância das atividades desenvolvidas na área pedagógica e administrativa.

É uma maneira de estimular a melhoria do desempenho e de evitar que a rotina descaracterize os objetivos fundamentais da educação.

Essa avaliação deve fazer parte de um processo contínuo de aperfeiçoamento do ensino; uma ferramenta para o planejamento e gestão compartilhada da escola e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Essa avaliação deve seguir algumas etapas:

**1ªSensibilização**

Em reuniões e encontros envolver professores, funcionários, alunos e membros da comunidade, para aprofundar conhecimento sobre o assunto a respeito das vantagens e desvantagens da avaliação.

**2ª Diagnóstico**

É o levantamento de dados da situação atual da instituição para formulação do instrumento de avaliação interna e externa.

**3ª Avaliação Interna**

É o momento de reflexão da escola sobre suas diversas dimensões (corpo docente, corpo discente, corpo administrativo, corpo técnico-administrativo, infraestrutura, currículo, perfil profissional, gestão escolar) é também um processo de auto avaliação.

**4ª Avaliação Externa**

Requer dos avaliadores externos e das comunidades da escola capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo de participação. A avaliação externa tem o papel complementar à avaliação interna e geralmente abrange um conjunto ou rede de escolas. Permite comparar os resultados obtidos pelas mesmas por utilizar instrumentos comuns.

No ano de 2006 a 2015, o CEI Professora Tereza Matsumoto participou do processo de avaliação institucional realizando a Prova Brasil com os alunos do 5º ano ciclo II.

Os resultados obtidos na prova serviram de referência para uma reflexão da escola e de todos os profissionais envolvidos no processo, sobre seu desempenho. Em alguns momentos houve ação de capacitação específica para os professores do 5º ano e pedagogos contemplando a efetivação do processo formativo, com discussão e análise do processo de ensino aprendizagem.

**6. REFERÊNCIAS**

ARROYO.M.G. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver.In:MOLL,Jaqueline [et al].Caminhos da Educação Integral no Brasil:direito a outros tempos e espaços educativos.Porto Alegre:Penso,2012.

ARROYO.M.G Educandos e educadores:seus direitos e o currículo.In:BEAUCHAMP,J.;PAGEL,S.D.;NASCIMENTO,A.R do (Org.).Indagações sobre o currículo.Brasília :Ministério da Educação,Secretaria da Educação Básica,2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2015.

BRASIL. Educação Integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, Secad, 2009. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL. Ministério as Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CADERNO PEDAGÓGICO SEP 2014.Princípios e pressupostos para a construção de uma BOA ESCOLA na RME de Curitiba.

CADERNO 5 –Hipertextos da coleção Gestão e avaliação da escola pública (CINFOP),2013.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. A organização da permanência como espaço de formação continuada em serviço e de construção coletiva do trabalho pedagógico da Rede Municipal de Ensino.Curitiba,2013.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Caderno Pedagógico- Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Curitiba, 2012.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação. Semana de Estudos Pedagógicos 2014- Ensino Fundamental- O profissional da Educação e sua Relação com o Trabalho na Escola Pública. Curitiba, 2014.

LIBÂNEO,J.C.Organização e gestão da escola:teoria e prática.Goiânia;alternativa,2001.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dez. 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico- elementos metodológicos para elaboração e realização, 20ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de Curitiba. PLANO CURRICULAR PRELIMINAR, 2016.